

Por que artigos são aprovados ou rejeitados: estudo quantitativo em uma revista jurídica indexada na Scopus – como ampliar nossas chances de publicação?¹

Why articles are approved or rejected: quantitative study in a legal journal indexed in Scopus – how to increase our chances of publication?

José Mário Wanderley Gomes Neto²

Fayga Silveira Bedê³

Natália Pinheiro Alves Batista⁴

-
- 1 Nossa gratidão a M. R. Gomes, pelo inestimável auxílio na organização dos dados que nos permitiram aplicar o modelo estatístico e realizar a presente análise. Agradecemos, ainda, à P. V. Costa, pela disponibilidade e gentileza com que revisou a normalização. (Inclusive, pedimos licença para prestigiá-los desde logo, em vez de mencioná-los apenas nos elementos pós-textuais, como recomendaria a NBR 6022/2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT).
 - 2 Doutor em Ciência Política (UFPE) e Mestre em Direito Público (UFPE). Professor no PPGD e no PPGDI da Universidade Católica de Pernambuco.
 - 3 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e da Graduação em Direito do Centro Universitário Christus – Unichristus. Editora-Chefe da Revista Opinião Jurídica. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
 - 4 Doutoranda em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Constitucional

Resumo: Podemos presumir que autores da área jurídica, que estejam comprometidos com a busca da qualidade de seus artigos, queiram recompensar seus esforços, publicando em periódicos conceituados, bem indexados e capazes de dar visibilidade internacional ao seu pensamento. Ocorre que a reputação de uma boa revista tende a aumentar sua demanda, elevando sua taxa de reprovabilidade. Sendo assim, como devemos proceder para qualificar nossas submissões, ampliando suas chances de aprovação em periódicos estratégicos? E como reduzir seus riscos correlatos de rejeição? Para tornar exequíveis essas respostas, redimensionamos a pergunta de partida, circunscrevendo o âmbito de nossas investigações ao contexto de uma revista brasileira da área do Direito, atualmente indexada na Scopus e qualificada no estrato A1 do Programa Qualis da CAPES. O periódico utilizado como *corpus* da pesquisa é publicado em portal de acesso aberto e condiciona as submissões à presença de, pelo menos, um doutor entre os coautores responsáveis. Os artigos previamente selecionados pela equipe editorial, em *desk review*, são enviados a pareceristas externos, a fim de que sejam avaliados de acordo com o sistema *double blind review*. Tomando como base o conjunto das fichas de avaliação utilizadas em um lapso temporal de três anos, realizamos pesquisa quantitativa, com modelo estatístico, amostra aleatória e extrapolação de dados, buscando identificar quais variáveis se mostraram relevantes para a aprovação e a publicação dos manuscritos submetidos ao periódico em estudo.

Palavras-chave: periódico científico; pesquisa jurídica; avaliação por pares; motivos de aprovação; publicação de artigos.

(UFC). Professora no Centro Universitário Christus e Editora Adjunta na Revista Opinião Jurídica.

Abstract: We can assume that authors in the legal field who are committed to seeking quality in their articles want to reward their efforts by publishing in reputable, well-indexed journals that are capable of giving international visibility to their thinking. However, the reputation of a good journal tends to increase its demand, increasing its rejection rate. Therefore, how should we proceed to qualify our submissions, increasing their chances of approval in strategic journals? And how can we reduce the related risks of rejection? To make these answers feasible, we redefined the initial question, limiting the scope of our investigations to the context of a Brazilian journal in the area of Law, currently indexed in Scopus and classified in the A1 stratum of the CAPES Qualis Program. The journal used as the corpus of the research is published in an open access portal and requires submissions to be subject to at least one PhD among the responsible co-authors. The articles previously selected by the editorial team, in desk review, are sent to external reviewers so that they can be evaluated by the double-blind review system. Based on the set of evaluation forms used over a three-year period, we conducted quantitative research, with a statistical model, random sampling and data extrapolation, seeking to identify which variables were relevant for the approval and publication of manuscripts submitted to the journal under study.

Keywords: scientific journal; legal research; peer review; reasons for approval; publication of articles.

“Se quiser ser escritor, escreva”
(Epicteto).

1. Introdução

É muito desagradável – para dizer o mínimo – ter um artigo reprovado por um periódico científico, seja qual for a área de conhecimento. Mas se o leitor está aqui, com as pupilas *pregadas* na tela do ecrã, é porque pressente que inúmeras questões relevantes dependem, direta ou indiretamente, da publicação de seus artigos em bons periódicos. Há desdobramentos concretos, tanto para os pesquisadores que publicam em veículos estratégicos⁵, quanto para seus respectivos programas e instituições, tais como: manutenção de empregos ou recredenciamento de docentes em programas *stricto sensu*, progressão na carreira acadêmica, possibilidade de obtenção de bolsas, financiamentos de projetos e prêmios

-
- 5 Muitos parâmetros podem tornar um periódico particularmente “estratégico” naquele difícil momento em que precisamos decidir à qual revista submeter nossos manuscritos. Destacamos alguns dos que nos parecem mais decisivos, embora haja diversas revistas excelentes que não contemplam todos: i) oferecer acesso aberto (*online* e gratuito); ii) estar indexado em alguma das bases mais relevantes do mundo (Scopus e Web of Science); iii) estar indexado em alguma das bases mais seletivas (como Redalyc do México, e Scielo do Brasil, as quais funcionam como uma espécie de “selo de qualidade”); iv) demonstrar internacionalização (por meio, por exemplo, da presença de estrangeiros na comissão editorial, no rol de autores e de pareceristas; bem como, por uma significativa quantidade e diversidade geográfica de leitores internacionais etc.); v) grau de impacto (aferível pela quantidade de citações) e vi) grau de afinidade e aderência temática de nossos manuscritos, seja com as linhas de pesquisa da revista, seja com o seu perfil editorial. É claro que também há outros aspectos que podem acabar pesando, dependendo das circunstâncias de cada pesquisador, como o tempo médio de processamento dos artigos, ou oportunidades eventuais, tais como chamadas para dossiês específicos etc. No Brasil, a avaliação das revistas no “Programa Qualis” também costumava ser um fator decisivo para os pesquisadores, mas, com o anúncio do fim do *ranking*, que será extinto a partir do próximo quadriênio (2025-2028), a tendência é que os indicadores de qualidade ora referidos sejam cada vez mais utilizados como um “fiel da balança”, guiando autores indecisos na escolha dos possíveis destinatários de suas submissões (Cafardo, 2024).

de produtividade, aprovação governamental de pedidos de abertura de novos programas de pós-graduação, aumento da posição dos programas e/ou das instituições em *rankings* acadêmicos, pontuação em provas de títulos de concursos públicos e, até mesmo, marcação de defesas de mestrado ou doutorado que estejam condicionadas, institucionalmente, ao cumprimento desse pré-requisito.

Há outras conquistas menos palpáveis, que também estão atreladas à aprovação editorial dos manuscritos submetidos à apreciação de periódicos. E certas recompensas, embora de natureza subjetiva, podem ser ainda mais alentadoras, a depender dos valores individuais de cada pesquisador, como a emoção (sempre nova) de imprimir um PDF e reconhecer seu nome vertido nas fontes tipográficas daquele artigo *fi-nal-men-te* publicado no periódico que desejávamos. E veja, há muito mais em jogo: ao macerarmos um texto até que exprima fielmente nossos melhores *insights*, que alegria indizível, quando, mais tarde, reencontramos esses trabalhos circulando por aí, como filhos adultos, fortes, viçosos, com vida própria, disponíveis para o mundo, abertos à interlocução, suscitando o debate e a crítica dos nossos pares. Mas, mesmo que tudo transcorra tão bem, precisamos estar atentos para não sucumbir a certas veleidades, que podem sequestrar a atenção e drenar as melhores energias do pesquisador. Assim, o desejo de reconhecimento acadêmico não deve jamais sobrepujar o senso de propósito que aflora, quando nos damos conta de que trouxemos uma contribuição efetiva, por mínima que seja, ao estado da arte em nossos campos de conhecimento – porque, afinal, *nascemos uns para os outros*.

Até aqui, traçamos um desenho dos ganhos que podem decorrer da aprovação de bons artigos em revistas estratégicas. Outra forma eloquente de *justificar* a importância deste estudo é inferir, a partir dessas mesmas premissas,

tudo que teremos a perder, caso tenhamos nossos artigos sistematicamente reprovados em periódicos qualificados. Portanto, em termos gerais, o *objetivo* a que almejamos é contribuir para reduzirmos o desencontro entre os artigos que nós, autores proponentes, submetemos aos periódicos jurídicos, e o perfil de artigos que os seus respectivos editores gostariam de publicar. Mas, para delimitarmos o âmbito da pesquisa e torná-la exequível, buscaremos identificar as principais razões de aprovação e de rejeição de manuscritos submetidos a uma revista jurídica brasileira *específica*⁶, a cujos dados tivemos livre acesso, pelo fato de que parte dos pesquisadores envolvidos no presente estudo fala a partir de uma dupla perspectiva: como pesquisadores e pareceristas, mas também, como editores responsáveis pelo periódico esquadrinhado.

A essa altura, convém um breve aparte, a fim de contextualizarmos o perfil da revista que serviu de matéria-prima à presente investigação. Para que o leitor possa dimensionar adequadamente os resultados a que chegamos, é fundamental oferecermos parâmetros transparentes sobre o veículo cujos dados constituíram o nosso *corpus* de pesquisa, situando o periódico em um panorama mais amplo. Trata-se, pois, de revista jurídica brasileira, de acesso aberto, indexada em mais de 20 bases e diretórios nacionais e internacionais. Em 2023, apenas 38,8% dos seus *downloads* foram provenientes do Brasil, contra 60,2% oriundos de mais de 20 países de di-

6 Em respeito às exigências do modelo “duplo-cego” adotado pela RBEP, optamos por omitir, no bojo deste texto, o nome do periódico que editoramos, e do qual extraímos os dados para análise, para evitar qualquer risco de quebra do *blind review*. Mas, caso o presente artigo logre ser aprovado pelos ilustres pareceristas externos da prestigiosa Revista Brasileira de Estudos Políticos - RBEP, o leitor poderá identificar facilmente em que revista foi implementada a presente pesquisa, a partir dos dados constantes na apresentação de nossos coautores.

versos continentes, totalizando, naquele mesmo ano, 69.719 visualizações e 60.755 *downloads*, conforme dados calculados publicamente pelo portal *online* que abriga a revista.

Atualmente, o periódico está indexado em algumas das bases internacionais mais seletivas do mundo, como a Scopus e a Redalyc, entre outras. Em 2023 e 2024, a referida revista figurou no 3º quartil do SJR - Scimago Journal Rank. Este indicador afere estritamente o seu impacto dentro da Scopus, pois seu cálculo considera apenas as citações de periódicos presentes na referida base. Além disso, em 2024, a revista encontra-se no estrato A1, o maior conceito do “Programa Qualis”, *ranking* promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, agência ligada ao Ministério da Educação do governo brasileiro⁷.

Feitas as devidas contextualizações, passemos a esclarecer algumas questões de *método*. Como o presente artigo pauta-se em estudo de campo, trataremos, minudentemente, do percurso metodológico ao longo de todo o seu desenvolvimento, a fim de aumentar a transparência e a replicabilidade da pesquisa. Mas, por agora, basta anteciparmos que se trata de abordagem quantitativa, com modelo estatístico, aleatoriedade e extrapolação de dados, aplicada no âmbito de uma única revista, cuja amostra aleatória recaiu sobre o conjunto das fichas de avaliação emitidas tanto pela equipe editorial (*desk review*), quanto por pareceristas externos (*peer review*), englobando um lapso temporal de três anos, transcorrido

7 Sabemos que a CAPES já comunicou a todas as áreas de conhecimento que só vai adotar o Programa Qualis até o ciclo avaliativo de 2021-2024, substituindo-o, a partir da quadrienal de 2025-2028, por outros critérios e parâmetros balizadores, cuja divulgação está prevista para março de 2025. Assim, o modelo de aferição da qualidade da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação brasileiros está vivendo um período de transição, no qual o Qualis ainda cumpre um papel remanescente (CAPES, 2024).

de 2020 a 2022.

A título de arremate, gostaríamos de deixar claro que o *problema* de estudo aqui enfrentado é o grau de desencontro entre autores e editores de revistas jurídicas bem qualificadas, que operam com altas taxas de reprovabilidade, resultando em frustração de expectativas de ambos os lados, com perdas potenciais para todos os envolvidos, tendo em vista que, quanto maior o ruído de comunicação entre os atores do processo editorial, maior o dispêndio de tempo, energia e dinheiro, quer seja dos autores, pareceristas e editores, quer seja das instituições mantenedoras dos periódicos, quer seja das agências de fomento (quando as submissões são fruto de pesquisas financiadas), gerando, muitas vezes, uma sobrecarga de recursos humanos e materiais empregados inutilmente. Por fim, a importância de estudos como este se acentua, porque o Direito ainda não tem uma cultura consolidada na realização de metapesquisa, isso é, de pesquisas cujo objetivo precípua seja o aprimoramento da nossa área pelo desenvolvimento teórico e prático dos problemas de natureza metodológica⁸. A boa notícia é que, ao entabularmos uma conversa franca (e cordial) entre editores e autores, vamos descobrindo que pequenos ajustes de rota podem vir a operar uma grande diferença em termos de qualificação das nossas submissões, gerando publicações cada vez melhores e ganhos ampliados para toda a sociedade.

Finalmente, esclarecemos ao leitor que, em se tratando

8 De fato, é perceptível que a área do Direito ainda não possui um número expressivo de estudos cujo escopo principal seja uma discussão de método. Isso se torna mais evidente se observarmos o modo sistemático como outras áreas do grande colégio de Humanidades se dedicam a essas questões. No entanto, embora ainda tenhamos muito o que avançar nesse sentido, reconhecemos que esse quadro vem evoluindo positivamente: (Barbieri; Pasqua, 2018; Epstein, 2013; Maciel-Lima *et al*, 2021; Minorelli; Silva, 2019; Monebhurrin; Varela, 2013; Morissette, 2009; Queiroz; Feferbaum, 2019; Vasconcellos, 2017).

de uma pesquisa quantitativa com modelo estatístico, teremos de nos valer de uma linguagem com nomenclatura própria, a qual, convenhamos, pode soar um tanto opaca para leitores do universo jurídico, pouco familiarizados com essa abordagem⁹. No entanto, como entendemos que nossos resultados podem ser efetivamente úteis para pesquisadores do Direito, buscamos apresentá-los por meio de uma descrição objetiva de todo o percurso, e, ao fim e ao cabo, prometemos *traduzir* nossos achados em uma linguagem bastante amigável.

2. Desenho da pesquisa

Uma vez que já refletimos sobre os possíveis ganhos relacionados à publicação de artigos em bons periódicos jurídicos, é natural que queiramos entender como ampliar as nossas chances de aprovação. Assim, questionamos: quais fatores empíricos estão relacionados à aceitação de artigos na revista jurídica objeto de nossa investigação? Por outro lado, quais fatores estariam relacionados à sua respectiva rejeição? Com o *objetivo* de responder tais questões, submetemos dados empíricos sobre os fatos investigados (aceitação ou rejeição de artigos) a ferramentas de análise quantitativa, de modo a testar, mediante modelos estatísticos de associação e de probabilidade, quais variáveis categóricas (dentre aquelas previstas no modelo) estariam (ou não) associadas ao referido resultado.

Para efeito deste estudo de campo, a unidade de análise (caso) que escolhemos foi a ficha de avaliação elaborada e utilizada na revista que editoramos. É por meio da referida ficha que processamos os artigos que nos são submetidos

9 Aos leitores da área jurídica que se sintam interessados em uma aproximação com a pesquisa quantitativa, recomendamos a leitura de Gomes Neto (2023) e de Epstein (2013).

via portal “OJS - *Open Journal System*. Tratando-se de submissões que não estejam minimamente aptas para serem apreciadas pelos pareceristas externos, tentamos poupar essa mão-de-obra tão qualificada e escassa, e nós mesmos, da equipe editorial, antecipamo-nos, rejeitando os artigos mais inadequados de forma sumaríssima. Quando conseguimos agir rapidamente, informamos aos autores acerca da recusa por meio de comunicação direta simples, via portal, sem que nos seja necessário o preenchimento da ficha completa. E, para não inviabilizarmos o trabalho de uma equipe editorial tão enxuta, fazemos largo uso desse expediente, que também tem como objetivo compensar autores reprovados, oferecendo-lhes, ao menos, recusas céleres.

No entanto, devido à grande demanda de submissões, nem sempre conseguimos realizar esse procedimento com a velocidade que desejaríamos. Neste último caso, preferimos assumir o ônus de preencher a ficha completa, para que os autores que tiveram de esperar mais por uma resposta negativa, ao menos possam ser recompensados por um *feedback* circunstanciado. Essa fase inicial, realizada pelas próprias equipes editoriais, é chamada de “revisão de conformidade” (*desk review*)¹⁰. Há revistas em que o *desk review* se resume à análise da adequação da forma (normalização) e da aderência às linhas de pesquisa do periódico, mas nós preferimos fazer uma apreciação mais abrangente do mérito, com o objetivo de “economizar” nossos avaliadores externos, destinando a eles apenas os artigos nos quais vislumbramos maiores chances de aprovação. Por outro lado, quando os artigos ultrapassam

10 Sobre *desk review*, destacamos três editoriais da revista “Espaço Jurídico Journal of Law (EJLL), em que os editores traçam orientações metodológicas quanto ao escopo e foco (Steinmetz; Tramontina, 2023), quanto à necessidade de o artigo esclarecer o problema de pesquisa (Steinmetz; Tramontina, 2022a) e quanto à qualidade do referencial teórico (Steinmetz; Tramontina, 2022b).

a fase preambular (*desk review*), eles são encaminhados pela equipe editorial aos avaliadores externos (*peer review*), adotando-se, neste último caso, o sistema *double blind review*, em que “pareceristas cegos”¹¹ são designados para avaliar os artigos que tiverem sido aprovados na etapa inicial.

De posse de todas essas premissas e explicações, torna-se mais simples de o leitor entender por que os artigos que rejeitamos de forma sumaríssima, sem preenchimento de ficha completa, tiveram de ficar de fora da presente pesquisa. É que não haveria como codificá-los, pela ausência total da nossa unidade de análise – a ficha preenchida.

Assim, após excluídos todos os artigos reprovados sem ficha, compilamos um total de 605 fichas destinadas à avaliação de artigos submetidos ao periódico em estudo, correspondente à série temporal compreendida entre os anos de 2020 e 2022. A partir desse montante, sorteamos, de modo eletrônico e aleatório, *uma amostra* representativa de 235 fichas, calculada com 95% de intervalo de confiança e 5% de margem de erro, conforme padrão internacionalmente aceito para Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas¹².

Destas unidades de análise, extraímos (codificamos) as seguintes variáveis categóricas, equivalentes às perguntas constantes de cada ficha de avaliação:

11 O sistema *double blind review*, também conhecido no Brasil como “duplo-cego”, tende a prestigiar o aspecto meritocrático na seleção dos textos publicáveis, uma vez que, nem o parecerista sabe quem ele está avaliando, nem tampouco o autor sabe por quem está sendo avaliado. Assim, muitos fatores alheios ao mérito dos artigos são afastados, permitindo que os avaliadores expressem o que realmente pensam a seu respeito. Embora haja uma pauta crescente que postula o abandono do *blind*, entendemos que a publicização do nome dos pareceristas, vinculando-os aos artigos avaliados, poderia interferir de modo deletério na sua liberdade de apreciação.

12 Levin *et al.*, 2012; Gomes Neto *et al.*, 2023.

Tabela 1: Variáveis utilizadas no modelo¹³

Variável	Natureza	Descrição	Representação
Aceito	categórica nominal binária (1/0)	resultado da submissão	variável dependente (resultado binário)
Inovação (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	ser o artigo inovador em seu campo de estudo	variável independente (explicativa)
Problematização (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	estar claro e adequado o problema de pesquisa	variável independente (explicativa)
Título adequado (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	estar claro e adequado o título do trabalho	variável independente (explicativa)
Título atraente (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	ser atraente o título do trabalho	variável independente (explicativa)
Resumo e palavras-chaves (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	ter resumo e palavras-chaves adequados	variável independente (explicativa)
Estrutura (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	estar adequada a estrutura do trabalho	variável independente (explicativa)
Objetivos (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	possuir o trabalho objetivos claros	variável independente (explicativa)
Metodologia adequada (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	ser a metodologia adequada a resolver o problema	variável independente (explicativa)
Objetivos atingidos (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	objetivos efetivamente atingidos no trabalho	variável independente (explicativa)
Sequência lógica (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	respeitar o texto uma sequência lógica	variável independente (explicativa)

13 Fonte: elaboração dos autores.

Escrita clara (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	ter o texto uma escrita clara	variável independente (explicativa)
Referências atuais / adequadas (Sim / Não / Em parte)	categórica nominal binária (1/0)	serem as referências atuais e adequadas ao problema	variável independente (explicativa)
Se recomenda a publicação? (Sim / Não / Com Ressalvas)	categórica nominal binária (1/0)	posicionamento final do avaliador	variável independente (explicativa)

Extraímos tais informações (dados) de cada ficha de avaliação, e as inserimos em um banco de dados original, cujo conteúdo foi submetido a testes estatísticos, para avaliarmos a provável relação entre os fatores e as chances de aprovação dos manuscritos submetidos ao periódico.

Para tanto, utilizamos a análise por regressão logística (representada pela sigla “logit”), por ser *a ferramenta de pesquisa quantitativa adequada* a verificar quais as chances de um evento binário ocorrer (no caso, a aceitação do artigo) na presença de determinados fatores, aqui representados por variáveis categóricas nominais binárias¹⁴. Tal modelo de pesquisa “[...] calcula as chances de o fenômeno pesquisado ocorrer e se essa ocorrência estaria, ou não, associada à presença das variáveis que se pretende testar na pesquisa”¹⁵.

Quando estão relacionadas variáveis categóricas explicativas e a sua influência sobre resultados binários, ou seja, quando as respostas que interessam assumem valores codificados como (0) ou (1) para cada caso analisado, o instrumental estatístico adequado é a logit, pois ela nos fornece três informações importantes para respondermos à pergunta de pesquisa: **significância estatística** (p ou p-valor), **estimativa ou coeficiente de regressão logística binária - B logit** (esti-

14 Gomes Neto *et al.*, 2023.

15 Gomes Neto *et al.*, 2018, p. 217.

mate) e **razões de chance** (Odds Ratio), que devem ser interpretadas em conjunto para compreensão do teste realizado¹⁶:

Tabela 2: Como interpretar os resultados da análise por regressão logística?¹⁷

significância estatística (p ou p-valor)	estimativa ou coeficiente de logit (Estimate)	razões de chance (Odds Ratio)
Indica o alcance da amostra obtida, especificamente no que diz respeito a uma variável extraída dos casos componentes da amostra: a capacidade do pesquisador poder extrair afirmações generalizantes (inferências) sobre o todo, a partir dos dados analisados pela pesquisa. Deve possuir valor igual ou inferior a 0.050.	Aponta a direção da su- posta associação entre as variáveis : se o sinal é nega- tivo (-), a presença da va- riável diminui as chances do resultado; se o sinal é positivo (+), a presença da variável aumenta as chan- ces do resultado; se o valor é próximo a zero (0.000), não existe associação entre as variáveis.	São apresentadas em nú- meros absolutos, indicando as alterações nas chances do resultado predito na presença da variável expli- cativa. Por exemplo, razões de chance no valor de 0.500 representam alteração de chance em meia vez, ou seja, 50% (cinquenta por cento), para mais ou para menos.

Dessa forma, para cada variável testada, devemos interpretar os resultados na seguinte sequência lógica de ações: a) identificar se o resultado possui p-valor (p) igual ou inferior a 0.050; b) verificar o valor da estimativa (Estimate), se positivo, negativo ou próximo a zero; e c) verificar o valor das razões de chance (Odds Ratio), para saber quanto as chances do evento variam, para mais ou para menos, na

16 Gomes Neto *et al.*, 2023.

17 Fonte: elaboração dos autores, com base em Gomes Neto *et al.*, 2023.

presença daquela variável sob análise quantitativa. Feitos estes esclarecimentos, passaremos a verificar os resultados obtidos com o intuito de interpretá-los.

3. Resultados

Submetemos as referidas variáveis à análise por regressão logística (logit), no que diz respeito à presença, em cada artigo avaliado, das categorias acima expostas, o que nos foi indicado pela resposta SIM ou EM PARTE, conforme o teor das fichas de avaliação.

Assim, obtivemos os seguintes resultados, ora sumarizados na tabela abaixo:

Tabela 3: Resultados da análise por regressão logística (SIM ou EM PARTE)¹⁸

Variável	Presença	Estimativa	Razões de Chance	p-valor
Inovação	Sim	2.803	17.233	<.001
Problematização	Sim	2.179	8.833	<.001
Título Atraente	Sim	1.504	4.500	0.022
Metodologia Adequada	Sim	1.634	5.123	0.004
Objetivos Atin- gidos	Sim	2.731	15.341	<.001
Referências Atu- ais e Adequadas	Sim	2.452	11.614	0.018
Recomenda	Sim	3.629	37.689	<0.001
Recomenda	Com ressal- vas	2.637	13.973	<0.001

18 Fonte: elaboração dos autores.

No que diz respeito às variáveis que corroboram a aceitação dos artigos submetidos ao periódico investigado, encontramos alguns fatores que contribuem de forma relevante para as chances de o manuscrito ser aceito e publicado.

A presença de *inovação*¹⁹ no artigo está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 2.847), aumentando as suas chances em 17 vezes (razões de chance 17.233), com alta significância estatística (p-valor <0.001). Ressaltamos, no entanto, que esse resultado não deve estimular pesquisas pouco conscienciosas, que “inovam por inovar”, como se qualquer pirueta histriônica pudesse ser considerada apta à publicação simplesmente porque se distingue dos demais artigos. Por óbvio, a demanda por inovação deve impulsionar mudanças *para melhor* – capazes de gerar efeitos positivos no âmbito acadêmico, com repercussões benéficas para a sociedade.

Já a presença de boa *problematização*²⁰ no artigo está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 2.179), aumentando as suas chances em quase 9 vezes (razões de chance 8.833), com alta significância estatística (p-valor <0.001). Cumpre observarmos que uma problematização adequada não implica apenas delimitar o objeto de estudo no contexto de um grande tema. Precisamos ir além, tornando evidente por quais motivos aquele objeto (já delimitado) constitui um “problema”. Para problematizar um objeto de estudo, devemos explicitar quais os seus aspectos controversos, lacunosos ou disfuncionais. E, ao explicarmos em que consiste esse *gap*, é interessante que declinemos quais perdas e ganhos estariam virtualmente envolvidos, apontando, tanto quanto possível, quais seriam os eventuais indivíduos ou grupos a se beneficiarem pela publicação do estudo. Isso

19 Sobre o papel da inovação na pesquisa jurídica e sobre sugestões para obtê-la, ver: Bedê, Caetano e Lima (2020). Para estudos sobre o tema em outras áreas, ver, por todos: Miglioli (2012).

20 Para mais estudos sobre problematização, ver, por todos: Lemieux (2015b).

nos conduz à necessidade de justificar a importância do problema de pesquisa. Afinal, convenhamos, o leitor já tem seus próprios “problemas”, a exigirem sua atenção. Portanto, a pergunta que nos cabe é: o nosso problema de estudo, tal como o apresentamos, soará relevante o suficiente para despertar a atenção do leitor? Convencê-lo disso é tarefa que cabe a cada um de nós, autores.

Não por acaso, a presença de um *título atraente* no artigo está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 1.504), aumentando as suas chances em 4,5 vezes (razões de chance 4.500), com alta significância estatística (p-valor 0.022). Ora, sejamos honestos: os leitores não são abstrações, mas pessoas reais, que já têm suas prioridades. Não faz sentido esperarmos que larguem tudo para se debruçarem sobre artigos que já tenham começado mal, encimados por um título insípido, genérico ou repleto de truísmos. Possivelmente, vão preterir-los em favor de outro, cujo título tenha capturado sua atenção, anunciando o problema de pesquisa de modo a realçar sua relevância. Assim, o ideal seria estilizarmos o título, assegurando-lhe um mínimo de originalidade, de modo a intrigar, interpelar ou seduzir²¹ seus potenciais leitores – sem deixar de esclarecer o que podem, legitimamente, esperar

21 Um dos caminhos possíveis para tornar mais atraente o título de um trabalho acadêmico é o recurso ao humor. Apenas para fins ilustrativos, destacamos o ensaio “*Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito*”, em que Oliveira (2004) ironiza aqueles textos jurídicos que erguem imensas catedrais históricas sem cuidar para que esses alicerces “conversem” com o restante do trabalho. Outra distorção relativamente comum se dá quando as digressões demandam um excessivo investimento no recuo histórico, em detrimento da atenção dispensada ao problema anunciado como centro da pesquisa. Ainda na mesma linha de humor estilizado, vejamos o caso de “*Não sinta falta de Foucault: estratégias para avaliação de artigos acadêmicos*”. Aqui, Lago (2024) questiona a atitude de alguns pareceristas que pretendem impor aos autores as suas idiossincrasias quanto às referências bibliográficas, ainda que o artigo sob sua avaliação já esteja respaldado em um solo teórico mais do que consistente.

da leitura completa do seu texto. Uma possível sugestão para conciliarmos tantos desafios está na elaboração de um título acompanhado de subtítulo, contemplando, em cada um desses elementos pré-textuais, uma demanda específica (seja esclarecer objetivamente de que trata o conteúdo, seja atrair a curiosidade científica do leitor etc.). Inclusive, em nossa experiência profissional como editores, costumamos dar prioridade à análise de artigos cujo título mobilize imediatamente a atenção da equipe, afinal, um título bem cuidado soa como o prenúncio de um artigo bem elaborado. E um alerta: um título interessante pode fisgar não apenas a atenção das equipes editoriais e dos futuros leitores, mas também pode servir de estímulo aos pareceristas, suscitando a sua curiosidade intelectual e contribuindo para que aceitem o convite para a avaliação do manuscrito.

Aproveitando o ensejo, gostaríamos de acrescentar que os metadados (título²², o resumo²³ e as palavras-chave) funcionam como uma autêntica *vitrine* dos artigos, em especial, porque a quase totalidade das bases de indexação disponibiliza apenas o nome dos autores e os metadados do texto. Portanto, se quisermos induzir os pesquisadores a fazerem *download* da íntegra dos nossos trabalhos, precisamos investir com mais afinco na elaboração desses elementos. Por fim, a qualidade da tradução dos metadados também pode ampliar (ou enterrar) as chances de que o artigo tenha efetiva circulação internacional.

Por sua vez, a adoção de *metodologia adequada* no artigo está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 1.634), aumentando as suas chances em 5 vezes (razões de chance 5.123), com alta significância estatística (p-valor 0.004).

22 Para mais sobre a questão, ver: (Garcia; Gattaz; Gattaz, 2019).

23 Há também os chamados “resumos estruturados”, sendo adotados por algumas revistas. Para entender como fazê-los: Silva *et al* (2020).

Infelizmente, ainda percebemos certo reducionismo, sobretudo, em pesquisadores iniciantes que equiparam questões metodológicas a regras de normalização, como se a metodologia de um trabalho acadêmico se resumisse à ABNT e aos seus correlatos. Talvez, por isso, estudos voltados à metodologia jurídica ainda sejam relativamente incipientes entre nossos pares. A notícia alvissareira é que já conseguimos observar os primeiros sinais de uma mudança em curso, propiciando que a área do Direito possa vir a se pensar como objeto de suas próprias investigações epistemológicas²⁴ e metodológicas²⁵. Assim, se passarmos a fomentar uma literatura metodológica, é possível que nos sintamos paulatinamente encorajados a introduzir técnicas e ferramentas próprias da pesquisa de campo em nossos estudos jurídicos. É claro que nem todas as *perguntas de partida*, em trabalhos de Direito, comportam o uso de pesquisa empírica, mas, em sendo o caso, sair do âmbito meramente especulativo pode nos ajudar a ancorar as nossas investigações em dados factuais²⁶. Nesse mesmo sentido, precisamos aprender a *narrar* o percurso metodológico de nossos trabalhos, de modo a torná-lo mais detalhado, rigoroso e transparente, viabilizando sua replicabilidade. Tais medidas poderão ser muito mais efetivas do que procurarmos

24 A título ilustrativo: (Machado Segundo, 2016; Rodrigues; Grubba, 2012).

25 Como exemplo sintomático desse florescimento no Brasil, podemos apontar a Revista de Estudos Empíricos do Direito (REED).

26 Uma porta de acesso para tornar esse caminho mais seguro e consistente pode ser integrar equipes interdisciplinares, firmando parcerias fecundas com pesquisadores da Ciência Política, da Sociologia, das Políticas Públicas, da Economia, da Administração, da Saúde e de outras áreas com quem tenhamos preocupações comuns, cujos pesquisadores já estão bem desenvoltos quanto ao *know-how* do campo. Outra sugestão é dar os primeiros passos pela via da pesquisa qualitativa. Desde que a pergunta de partida suporte essa abordagem, pode ser uma opção menos “intimidante” para muitos de nós. Neste último sentido, ver, por exemplo: Baptista (2017). Por fim, para mais esclarecimentos sobre as relações e distinções entre pesquisas quantitativas e qualitativas: (Soares, 2005).

atribuir um *crachá* aos nossos métodos, pois a mera nomenclatura nem sempre esclarece sobre seu modo de aplicação.

Por sua vez, a condição de um dado artigo *ter conseguido atingir os objetivos* declinados em seu texto está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 2.731), aumentando as suas chances em 15 vezes (razões de chance 15.341), com alta significância estatística (p-valor <0.001). Assim, não basta escolhermos objetivos claros, fazendo uso de verbos estratégicos e relevantes (tais como definir, sistematizar, comparar, demonstrar, diagnosticar, propor, solucionar etc.). Precisamos *honrar* as promessas feitas ao leitor – ou termos a humildade de reescrevê-las, em termos mais consoantes com os resultados realmente alcançados. Por sua vez, a condição de as *referências serem atuais e adequadas* está positivamente associada à aceitação do respectivo artigo (Estimativa 2.452), aumentando as suas chances em 11,5 vezes (razões de chance 11.614), com alta significância estatística (p-valor 0.018). De fato, não faz sentido esperarmos que nossos artigos tragam (em alguma medida), um avanço para nossa área de conhecimento, se sequer sabemos onde estão as suas fronteiras. Uma pesquisa se torna mais relevante e confiável, quando pressupõe um *diálogo* com as melhores contribuições que nos precederam²⁷.

Ademais, fica claro que a obtenção de uma recomendação geral positiva, por ao menos um dos avaliadores, é determinante para a aprovação do artigo: a *recomendação* do artigo está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 3.629), aumentando as suas chances em 37,5 vezes (razões de chance 37.689), com alta significância estatística (p-valor

27 Não se trata, aqui, de mera erudição livresca: os pesquisadores *devem* estabelecer um verdadeiro “diálogo” com o seu referencial teórico, em vez de apenas se sujeitarem a argumentos de autoridade. Para sugestões de como fazê-lo: (Graff; Birkenstein, 2018).

<0.001) e a *recomendação parcial* do artigo também está positivamente associada à sua aceitação (Estimativa 2.637), aumentando as suas chances em quase 14 vezes (razões de chance 13.973), com alta significância estatística (p-valor <0.001).

Por outro lado, não encontramos resultados estatisticamente significantes para a presença (SIM) das demais variáveis testadas. Tampouco encontramos resultados estatisticamente significantes para as situações em que as variáveis testadas foram consideradas *parcialmente presentes* (EM PARTE) pelos avaliadores, pelo que restou prejudicada a avaliação de sua contribuição (ou não) para a aceitação do artigo.

Noutra dimensão de nosso estudo, as referidas variáveis à análise por regressão logística (logit), no que diz respeito à ausência (NÃO, conforme o teor das fichas de avaliação), em cada artigo avaliado, das categorias acima expostas, levaram aos seguintes resultados, ora sumarizados na tabela abaixo:

Tabela 4: Resultados da análise por regressão logística (NÃO)²⁸

Variável	Presença	Estimativa	Razões de Chance	p-valor
Inovação	Não	-2.087	0.124	0.005
Problematização	Não	-1.511	0.221	0.015
Objetivos Atingidos	Não	-1.715	0.180	0.022
Referências Atuais e Adequadas	Não	-2.326	0.098	0.024
Recomenda a publicação?	Não	-3.047	0.047	<0.001

28 Fonte: elaboração dos autores.

Quanto às variáveis que corroboram a rejeição dos artigos submetidos ao periódico, encontramos alguns fatores que contribuem de forma relevante para as chances de reprovação.

A ausência de *inovação* no artigo está associada negativamente à sua aceitação (Estimativa -2.087), diminuindo as suas chances de aprovação em 0,12 vezes (razões de chance 0.124), com alta significância estatística (p-valor 0.005). No mesmo sentido, a ausência de *problematização* no artigo está associada negativamente à sua aceitação (Estimativa -2.087), diminuindo as suas chances de aprovação em 0,22 vezes (razões de chance 0,221), com alta significância estatística (p-valor 0.015). *Não ter atingido os objetivos anunciados* no artigo está associada negativamente à sua aceitação (Estimativa -1.715), diminuindo as suas chances de aprovação em 0,18 vezes (razões de chance 0,221), com alta significância estatística (p-valor 0.022) e não possuir o artigo *referências atuais e adequadas* está associada negativamente à sua aceitação (Estimativa -2.326), diminuindo as suas chances de aprovação em 0,09 vezes (razões de chance 0,098), com alta significância estatística (p-valor 0.024).

Por fim, a *não recomendação* do artigo pelo parecerista está associada negativamente à sua aceitação (Estimativa -3.047), diminuindo as suas chances de aprovação em 0,05 vezes (razões de chance 0,047), com alta significância estatística (p-valor <0.001). Não encontramos resultados estatisticamente significantes para a ausência (NÃO) das demais variáveis testadas.

4. Considerações finais

No decurso de nossa experiência como editores, à frente de uma revista jurídica com altas taxas de reprovabilidade,

passamos a acalantar o desejo de encontrar novos espaços de interlocução com os autores interessados em publicar seus artigos no periódico sob nossa responsabilidade. Esse anseio foi se tornando ainda maior, à medida que percebíamos que muitas submissões poderiam ter se convertido em pesquisas potencialmente publicáveis, se seus autores tivessem mais clareza sobre os critérios com os quais seriam avaliados, tanto pela equipe editorial, quanto pelos pareceristas externos.

Assim, o presente artigo constituiu uma tentativa de abrir esse diálogo,²⁹ reduzindo a frustração que decorre do desencontro de expectativas entre autores, editores e pareceristas. No entanto, como também somos pesquisadores, e enfrentamos os mesmos desafios inerentes à dificuldade de escrever sob o escrutínio de nossos pares (Lemieux, 2015a), acabamos nos sentindo um tanto desconfortáveis, pois não sabíamos como evitar que este artigo soasse pernóstico – afinal, estamos todos no mesmo barco. Essa trava psicológica implicou o adiamento da conclusão deste projeto, já que não conseguíamos encontrar um tom adequado para abordá-lo. O imbróglio só foi superado quando percebemos que um tratamento estatístico nos permitiria identificar as variáveis mais relevantes para aprovação ou rejeição dos manuscritos, de modo mais objetivo, sem incorreremos no risco de uma posição professoral.

Pois bem. Após a análise dos resultados do modelo quantitativo empregado, constatamos que a presença (individual ou coletiva) dos elementos referidos no tópico precedente é determinante para que o artigo submetido seja efetivamente aceito e publicado; entretanto, verificamos que a ausência desses mesmos elementos contribui em menor intensidade para

29 Um texto muito interessante, em que uma editora de revista jurídica internacional busca entabular esse diálogo pode ser conferido em: Martín (2014).

sua rejeição, até porque sua correção pode ser solicitada pelos pareceristas como condição para a aprovação, afastando a reprovação sumária como principal consequência. Da mesma forma, a ausência dos elementos e/ou da recomendação pelo parecerista contribui para que o artigo perca a prioridade de publicação em relação aos demais.

Esperamos que os diagnósticos apresentados ao longo deste artigo possam contribuir para o aprimoramento das pesquisas de todos aqueles que nos acompanharam até aqui, tanto quanto servirão para nos guiar em nossas próprias jornadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito: desafios, limites e possibilidades. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 83-115.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; PASQUA, Juliana Silva. O que buscamos em um artigo científico? *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 810-813, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/78012>. Acesso em: 12 set. 2023.

BEDÊ, Fayga Silveira; CAETANO, João Carlos Relvão; LIMA, Matheus Cavalcante. Quanto devo (pre)ocupar-me com a originalidade da minha pesquisa? Tradição e inovação no processo de escrita em Direito – uma análise interdisci-

plinar. *Revista Jurídica*, Curitiba, v. 4, n. 61, p. 153-193, nov. 2020. ISSN 0103-3506. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v4i61.4550>. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4550>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CAFARDO, Renata. O que vai mudar na avaliação da Capes para a pós-graduação? Órgão do MEC vai passar a focar nos artigos e não somente em quais periódicos eles foram publicados. *Estadão.com.br*, São Paulo, 27 nov. 2024, 17:31. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/o-que-vai-mudar-avaliacao-pos-graduacao-capes-qualis/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Ofício Circular nº 46/2024-DAV/CAPES*. Brasília, DF, 3 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/oficios-ctc-es/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. *Pesquisa empírica em direito: as regras da inferência*. São Paulo: Direito GV, 2013.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Chaves. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. *Revista de Administração Contemporânea*, Maringá, PR, Brasil, v. 23, n. 3, maio/jun. 2019.

DOI: <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KT6TxzgMBQ7WqZWTfrHKkhM/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luís Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura de. O

que nos dizem os dados? Uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. Petrópolis: Vozes, 2023.

GOMES, Jose Mario Wanderley; BARBOSA, Luís Felipe Andrade; VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Explicando decisões: as aplicações da análise por regressão logística (Logit) no estudo do comportamento judicial. *Direito Público*, v. 15, n. 82, 2018.

GRAFF, Gerald; BIRKENSTEIN, Cathy. They Say. I Say. *The Moves That Matter in Academic Writing*. 4th ed. New York/ London: W. W. Norton & Company, 2018.

LAGO, Pablo Antonio. Não sinta falta de Foucault: estratégias para avaliação de artigos acadêmicos. *Revista Opinião Jurídica*, Fortaleza, v. 22, n. 40, p. 122-136, 2024. DOI: 10.12662/2447-6641oj.v22i40.p122-136.2024. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/5077>. Acesso em: 4 out. 2024.

LEMIEUX, Cyril. A escrita sociológica. In: PAUGAM, Serge (coord.). *A pesquisa sociológica*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015a. p. 307-324.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: PAUGAM, Serge (coord.). *A pesquisa sociológica*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015b. p. 33-52.

LEVIN, J. et al. *Estatística para ciências humanas*. São Paulo: Pearson, 2012.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. *O direito e sua ciência: uma introdução à epistemologia jurídica*. São Paulo: Malheiros, 2016.

MACIEL-LIMA, S.; SOUZA-LIMA, J. E.; MOTTA, J. H. .; ANDERSON, J. P. J. .; RYNDACK, J. M. .; GOUVEIA, Y. S. .; MENDES, C. C. C. .; MATOSINHOS, I. S. *A pesquisa*

jurídica em questão: um estudo de revisão sistemática. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, [S. l.], v. 8, p. 1-26, 2021. DOI: 10.19092/reed.v8i.560. Disponível em: <https://www.reedrevista.org/reed/article/view/560>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MARTÍN, Eloisa. How to write a good article. *Current Sociology*, v. 62, n. 7, p. 949-955, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392114556034>. Acesso em: 29 set. 2023.

MIGLIOLI, Sarah. Originalidade e ineditismo como requisitos de submissão aos periódicos científicos em ciência da informação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 378-388, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3372/2971>. Acesso em: 20 out. 2023.

MINORELLI, Lucas; SILVA, Willians M. Publicações em periódicos de ciências criminais no Brasil: uma perspectiva de editores. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 1009, p. 359-381, nov. 2019.

MONEBHURRUN, Nitish; VARELLA, Marcelo D. O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Uma análise a partir da própria percepção dos programas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 423-443, jul./dez. 2013.

MORISSETTE, Yves-Marie. Epistemologie du Droit: l'impact des disciplines exogènes au droit sur le métier des praticiens. *Revue Juridique Themis*, v. 43, n. 2, p. 455-466, 2009. Disponível em: https://ssl.editionsthemis.com/uploaded/revue/article/2298_morissette.pdf#page=1&zoom=auto,-35,726. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do código de Hamurábi! A pesquisa sociojurídica na pós-graduação em direito. In: OLIVEIRA, Luciano. *Sua excelência o comissário e outros ensaios de*

sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. Bachelard e os obstáculos epistemológicos à pesquisa científica do Direito. *Seqüência*, n. 64, p. 307-333, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/bmXsV8Pkzv5d5b8VQ8bf7Lg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). *Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book.

SILVA, Altieres Oliveira; JANES, Diego dos Santos; SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coêlho; MARTINS, Jose Alberto Monteiro. Como Elaborar um Resumo Estruturado Como Instrumento na Disseminação Científica: Um Breve Roteiro. *Intern. Journal of Profess. Bus. Review*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. IV-XII, jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/businessreview/2020.v5i2.215>.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 27-52, 2005. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/48/512.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

STEINMETZ, Wilson Antônio; TRAMONTINA, Robison. Escopo e foco como parâmetros objetivos para submissões e análise preliminar (Desk Review). *Espaço Jurídico Journal of Law*, Chapecó, SC, v. 24, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18593/ejl.32864>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/32864>. Acesso em: 13 jun. 2024.

STEINMETZ, Wilson Antônio; TRAMONTINA, Robison. A análise preliminar de submissões (desk review) e o problema

metodológico. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Chapecó, SC, v. 23, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 2022a. DOI: <https://doi.org/10.18593/ejil.30572>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/30572>. Acesso em: 13 jun. 2024.

STEINMETZ, Wilson Antônio; TRAMONTINA, Robison. A análise preliminar de submissões (desk review) e o referencial teórico. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Chapecó, SC, v. 23, n. 2, p. 211-212, jul./dez. 2022b. DOI: <https://doi.org/10.18593/ejil.32476>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/32476>. Acesso em: 13 jun. 2024.

VASCONCELLOS, Vinicius G. Editorial: a função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 9-17, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i1.34>. Acesso em: 18 ago. 2023.

APÊNDICE A – Resultados estatísticos completos

Logistic Regression - Inovação

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	278.404	280.404	283.859	233						
H ₁	236.518	242.518	252.884	231	41.886	< .001	0.150	0.236	0.173	0.164

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-2.803	0.728	0.061	-3.850	14.820	1	< .001
SIM	2.847	0.757	17.233	3.758	14.125	1	< .001
EM PARTE	1.137	0.775	3.117	1.467	2.153	1	0.142

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression - Problematização

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	238.876	244.876	255.255	232	40.189	< .001	0.144	0.226	0.163	0.157

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-2.303	0.605	0.100	-3.803	14.466	1	< .001
SIM	2.179	0.634	8.833	3.436	11.804	1	< .001
EM PARTE	0.236	0.692	1.266	0.341	0.116	1	0.733

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
-------	----------	-----	-----	----	----------------	---	-------------------------	---------------------------	---------------------	----------------------------

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression – Título adecuado

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	264.385	270.385	280.764	232	14.680	< .001	0.053	0.087	0.054	0.061

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.179	0.572	0.308	-2.061	4.249	1	0.039
SIM	0.540	0.595	1.715	0.907	0.823	1	0.364
EM PARTE	-1.083	0.740	0.339	-1.464	2.142	1	0.143

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression – Título atraente

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	239.435	245.435	255.813	232	39.630	< .001	0.142	0.223	0.158	0.155

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.674	0.629	0.187	-2.661	7.079	1	0.008
SIM	1.504	0.656	4.500	2.294	5.261	1	0.022
EM PARTE	-0.617	0.720	0.539	-0.858	0.736	1	0.391

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
-------	----------	-----	-----	----	----------------	---	-------------------------	---------------------------	---------------------	----------------------------

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression – Resumo e palavras-chaves

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	261.833	267.833	278.212	232	17.232	< .001	0.062	0.102	0.067	0.071

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-2.303	1.049	0.100	-2.196	4.822	1	0.028
SIM	1.767	1.062	5.851	1.663	2.766	1	0.096
EM PARTE	0.431	1.102	1.538	0.391	0.153	1	0.696

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression - Estrutura

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	263.878	269.878	280.257	232	15.187	< .001	0.054	0.090	0.060	0.060

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.000	1.414	1.000	-5.793×10 ⁻¹⁴	3.355×10 ⁻²⁷	1	1.000
SIM	-0.562	1.425	0.570	-0.395	0.156	1	0.696
EM PARTE	-1.833	1.448	0.160	-1.266	1.602	1	0.209

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	260.959	266.959	277.338	232	18.106	< .001	0.065	0.107	0.073	0.074

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.792	0.764	0.167	-2.346	5.504	1	0.019
SIM	1.324	0.784	3.759	1.689	2.853	1	0.091
EM PARTE	-0.027	0.825	0.973	-0.033	0.001	1	0.973

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	248.127	254.127	264.506	232	30.938	< .001	0.111	0.177	0.128	0.123

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.833	0.539	0.160	-3.403	11.581	1	< .001
SIM	1.634	0.571	5.123	2.860	8.177	1	0.004
EM PARTE	-0.101	0.621	0.904	-0.163	0.027	1	0.870

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	216.113	222.113	232.492	232	62.952	< .001	0.226	0.338	0.259	0.235

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
-------	----------	-----	-----	----	----------------	---	-------------------------	---------------------------	---------------------	----------------------------

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-2.526	0.735	0.080	-3.437	11.814	1	< .001
SIM	2.731	0.762	15.341	3.582	12.827	1	< .001
EM PARTE	0.223	0.806	1.250	0.277	0.077	1	0.782

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Logistic Regression – Sequência lógica

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	260.318	266.318	276.697	232	18.747	< .001	0.067	0.110	0.063	0.077

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-17.566	1097.247	2.350×10 ⁻⁸	-0.016	2.563×10 ⁻⁴	1	0.987
SIM	16.965	1097.247	2.332×10 ⁺⁷	0.015	2.390×10 ⁻⁴	1	0.988
EM PARTE	15.812	1097.247	7.364×10 ⁺⁶	0.014	2.077×10 ⁻⁴	1	0.989

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	266.280	272.280	282.659	232	12.785	0.002	0.046	0.076	0.050	0.053

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.099	0.816	0.333	-1.346	1.810	1	0.178
SIM	0.492	0.834	1.636	0.591	0.349	1	0.555
EM PARTE	-0.758	0.884	0.469	-0.857	0.734	1	0.392

Note. ACEITO level 'I' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	266.929	272.929	283.308	232	12.136	0.002	0.043	0.072	0.041	0.050

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-3.135	1.021	0.043	-3.070	9.425	1	0.002
SIM	2.452	1.036	11.614	2.368	5.606	1	0.018
EM PARTE	1.968	1.066	7.156	1.846	3.407	1	0.065

Note. ACEITO level 'I' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	278.404	280.404	283.859	233						
H ₁	204.209	210.209	220.575	231	74.195	< .001	0.267	0.391	0.287	0.272

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-3.054	0.458	0.047	-6.674	44.544	1	< .001
RECOMENDA	3.629	0.544	37.689	6.669	44.472	1	< .001
RESSALVAS	2.637	0.516	13.973	5.107	26.086	1	< .001

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Dados Negativos

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	265.422	269.422	276.342	233	13.643	< .001	0.049	0.081	0.045	0.056

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.746	0.152	0.474	-4.918	24.188	1	< .001
NÃO	-2.087	0.743	0.124	-2.808	7.883	1	0.005

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	270.827	274.827	281.747	233	8.238	0.004	0.030	0.050	0.029	0.034

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.791	0.152	0.453	-5.210	27.147	1	< .001
NÃO	-1.511	0.624	0.221	-2.421	5.862	1	0.015

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	278.870	282.870	289.789	233	0.195	0.659	6.976×10 ⁻⁴	0.001	8.013×10 ⁻⁴	8.281×10 ⁻⁴

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.923	0.150	0.397	-6.146	37.775	1	< .001
NÃO	-0.256	0.591	0.774	-0.433	0.187	1	0.665

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	277.345	281.345	288.265	233	1.720	0.190	0.006	0.010	0.007	0.007

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.887	0.150	0.412	-5.927	35.134	1	< .001
NÃO	-0.787	0.647	0.455	-1.216	1.480	1	0.224

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	276.538	280.538	287.457	233	2.527	0.112	0.009	0.015	0.009	0.011

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.895	0.147	0.409	-6.076	36.918	1	< .001
NÃO	-1.408	1.059	0.245	-1.330	1.768	1	0.184

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	278.634	282.634	289.553	233	0.431	0.512	0.002	0.003	0.002	0.002

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.950	0.146	0.387	-6.501	42.260	1	< .001
NÃO	0.950	1.422	2.585	0.668	0.446	1	0.504

Note. ACEITO level 'I' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	277.473	281.473	288.392	233	1.592	0.207	0.006	0.010	0.006	0.007

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.897	0.148	0.408	-6.051	36.612	1	< .001
NÃO	-0.894	0.778	0.409	-1.150	1.322	1	0.250

Note. ACEITO level 'I' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	275.283	279.283	286.202	233	3.782	0.052	0.014	0.023	0.014	0.016

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.843	0.152	0.431	-5.548	30.776	1	< .001
NÃO	-0.990	0.560	0.372	-1.769	3.130	1	0.077

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	271.031	275.031	281.951	233	8.034	0.005	0.029	0.048	0.027	0.034

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.811	0.150	0.444	-5.398	29.137	1	< .001
NÃO	-1.715	0.750	0.180	-2.286	5.227	1	0.022

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	270.199	274.199	281.118	233	8.866	0.003	0.032	0.053	0.023	0.037

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.860	0.147	0.423	-5.858	34.318	1	< .001
NÃO	-16.706	1097.247	5.556×10 ⁻⁸	-0.015	2.318×10 ⁻⁴	1	0.988

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	279.025	283.025	289.944	233	0.040	0.842	1.431×10 ⁻⁴	2.445×10 ⁻⁴	1.661×10 ⁻⁴	1.699×10 ⁻⁴

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.935	0.148	0.393	-6.338	40.164	1	< .001
NÃO	-0.164	0.830	0.849	-0.197	0.039	1	0.844

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	268.915	272.915	279.834	233	10.150	0.001	0.036	0.061	0.032	0.042

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.809	0.149	0.445	-5.427	29.452	1	< .001
NÃO	-2.326	1.032	0.098	-2.254	5.080	1	0.024

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Model Summary - ACEITO

Model	Deviance	AIC	BIC	df	X ²	p	McFadden R ²	Nagelkerke R ²	Tjur R ²	Cox & Snell R ²
H ₀	279.065	281.065	284.525	234						
H ₁	211.370	215.370	222.289	233	67.695	< .001	0.243	0.360	0.252	0.250

Coefficients

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-0.016	0.180	0.984	-0.090	0.008	1	0.928
NÃO RECOMENDA	-3.047	0.492	0.047	-6.197	38.397	1	< .001

Note. ACEITO level '1' coded as class 1.

Recebido em: 02/12/2024
Aprovado em: 12/12/2024

José Mário Wanderley Gomes Neto
E-mail: jose.gomes@unicap.br

Fayga Silveira Bedê
E-mail: bedefayga@gmail.com

Natália Pinheiro Alves Batista
E-mail: nataliapinheiro.ab@gmail.com

